

Paper
#14



Food for Justice

Power, Politics
and Food Inequalities
in a Bioeconomy

2024

Práticas de aquisição de alimentos e do comer no Brasil em tempos de pandemia

Eryka Galindo, Marco Antonio Teixeira, Melissa de Araújo,
Larissa Mendes, Milene Pessoa e Renata Motta

A publicação **Food for Justice Working Paper Series** tem o propósito de disseminar resultados de projetos de pesquisa em andamento sobre alimentação em interface com debates sobre desigualdades, poder, política e bioeconomia a fim de encorajar a troca de ideias e o debate acadêmico.

–
EDITORES(AS)

Renata Motta e Marco Antonio Teixeira

–
ASSISTENTE EDITORIAL

Lea Zentgraf e María Manzanares

–
PROJETO GRÁFICO

Débora Klippel · DKdesign

A inclusão de um artigo na *Food for Justice Working Paper Series* não impede a publicação deste texto em outro meio. Os direitos autorais são dos(as) próprios(as) autores(as) dos artigos e são baseados na licença CC-BY-SA 4.0 license of the HeiJournals, Heidelberg University. Os artigos que contêm figuras e imagens de propriedade de outros(as) autores(as) e instituições são utilizados aqui com a devida permissão.

COPYRIGHT PARA ESTA EDIÇÃO:

© Galindo, Eryka; Teixeira, Marco Antonio; de Araújo, Melissa; Mendes, Larissa; Pessoa, Milene; Motta, Renata

Citação:

Galindo, Eryka; Marco Antonio Teixeira, Melissa de Araújo, Larissa Mendes, Milene Pessoa e Renata Motta 2024. “Práticas de aquisição de alimentos e do comer no Brasil em tempos de pandemia.” *Food for Justice Working Paper Series*, no. 14. Berlin: Food for Justice: Power, Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy.

DOI: 10.60504/ffjwp.2024.14.108602

O Grupo de Pesquisa “Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia” está sediado no Centro de Estudos Ibero-Americanos da Universidade de Heidelberg. É financiado por um período de 5 anos (2019-2025) pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha [BMBF]. Food for Justice investiga mobilizações sociais que se contrapõem às injustiças no sistema alimentar e inovações sociais e políticas que enfrentem as desigualdades que comprometem a segurança alimentar, tais como as desigualdades de classe, gênero, raça, etnia e nacionalidade. Todos os Working Papers estão disponíveis gratuitamente no nosso site: <http://foodforjustice-hcias.de/>.

FOOD FOR JUSTICE: POWER, POLITICS AND FOOD INEQUALITIES IN A BIOECONOMY

Heidelberg University

Heidelberg Centrum für Ibero-Amerika Studien - HCIAS

Brunnengasse 1, 69117 Heidelberg

foodforjustice@uni-heidelberg.de

COORDENAÇÃO:



UNIVERSITÄT
HEIDELBERG
ZUKUNFT
SEIT 1386



HEIDELBERG
CENTER FOR
IBERO-AMERICAN
STUDIES

PARCERIA:



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

EXECUÇÃO:



INSTITUTO
BRASILEIRO
DE PESQUISA E
ANÁLISE DE DADOS

FINANCIADO POR:



Bundesministerium
für Bildung
und Forschung



Resumo

A pandemia da Covid-19 impactou as relações sociais, inclusive sobre as dinâmicas associadas à alimentação. O presente trabalho tem por objetivo identificar e analisar alterações nas práticas de aquisição de alimentos e do comer nos domicílios brasileiros no primeiro ano da pandemia. As análises se baseiam em dados de pesquisa representativa da opinião pública brasileira realizada por meio de coleta telefônica, entre os dias 21 de novembro e 19 de dezembro de 2020. Os resultados apontam para mudanças nas práticas de aquisição e do comer, com redução na frequência de sair de casa para comprar alimentos [68,9%] e para realizar refeições fora do domicílio, seja em estabelecimentos comerciais [74,4%] ou na casa de pessoas conhecidas [72,9%]. Tais tendências de diminuição, justificadas pelas recomendações de distanciamento social como recurso para enfrentar a disseminação do vírus, são mais ou menos frequentes a depender dos marcadores socioeconômicos analisados, destacadamente, de sexo, raça ou cor, renda e situação de segurança alimentar e nutricional. Em relação às práticas de aquisição de alimentos, verifica-se que o ambiente alimentar digital passou a ser mais amplamente usado, seja por meio da compra pela internet ou aplicativos de supermercados com entrega em domicílio [e-commerce] ou por meio de serviços de entrega de comida [delivery]. Essa tendência foi observada tanto entre usuários já familiarizados com esses canais quanto entre novos adeptos. Em contrapartida, as feiras livres passaram a ser menos frequentadas pelas/os entrevistadas/os no primeiro ano da pandemia, com uma redução de frequência de 66,1% entre aqueles que utilizavam este serviço antes da pandemia. Essa mudança na prática de aquisição de alimentos pode representar, por um lado, maior exposição a alimentos ultraprocessados e refeições com perfil nutricional desfavorável, e, por outro, menor acesso a canais de comercialização de alimentos in natura e mais saudáveis. Finalmente, também significa uma maior tendência de compra de alimentos em grandes redes de supermercados e enfraquecimento de comerciantes de feiras livres. Considerando que momentos de crise, como a pandemia do Covid-19, podem tanto abrigar possibilidades abruptas de transformação nos sistemas alimentares, como fortalecer estruturas desiguais na produção, distribuição e consumo de alimentos, nossos dados apontam para a concentração de mais poder na cadeia de alimentos do sistema alimentar dominante e para exacerbação de desigualdades alimentares.



PALAVRAS CHAVE: Práticas de aquisição de alimentos; Práticas do comer; Pandemia da Covid-19; Segurança alimentar e nutricional; Ambientes alimentares; Desigualdades alimentares; Sistemas alimentares

Abstract

The Covid-19 pandemic impacted social relationships, including dynamics associated with food practices. This study aims to identify and analyze changes in food purchasing and eating practices in Brazilian households in the first year of the pandemic. The analysis is based on data from a representative public opinion survey of Brazil conducted through telephone interviews between November 21 and December 19, 2020. The results indicate changes in food purchasing and eating practices, with a decrease in the frequency of leaving the house to buy food [68.9%] and to have meals outside the home, either at commercial establishments [74.4%] or at the homes of acquaintances [72.9%]. These downward trends, motivated by social distancing recommendations to curb virus spread, vary depending on socio-economic markers, notably gender, race, income, and food security status. Regarding food purchasing practices, the digital environment became more widely used, either through online shopping or supermarket apps with home delivery [e-commerce] or through food delivery services. This trend was observed among both users already familiar with these channels and new adopters. On the other hand, open-air markets were less frequented by respondents for food purchases in the first year of the pandemic, with a 66.1% decrease in frequency among those who used these services before the pandemic. This change in food purchasing practices may lead, on the one hand, to greater exposure to ultra-processed foods and meals with unfavorable nutritional profiles, and, on the other, reduced access to channels for fresh and healthier food. Finally, this trend also reinforces food purchases from large supermarket chains while weakening small-scale vendors at open-air markets.

 **KEYWORDS:** Food purchasing practices; Eating practices; Covid-19 pandemic; Food security; Food environments; Food inequalities; Food systems

Minibiografias

Eryka Galindo, Socióloga e Historiadora. Doutoranda do Departamento de Sociologia da Freie Universität Berlin e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia (2019-2025), sediado no Centro de Estudos Ibero-Americanos de Heidelberg (HCIAS), da Universität Heidelberg, financiado pelo Ministério de Educação e Ciência da Alemanha (BMBF). eryka.galindo@uni-heidelberg.de

Marco Antonio Teixeira, Sociólogo e Pesquisador de Pós-Doutorado do Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia (2019-2025), sediado no Centro de Estudos Ibero-Americanos de Heidelberg (HCIAS), da Universität Heidelberg, financiado pelo Ministério de Educação e Ciência da Alemanha (BMBF). marco.teixeira@uni-heidelberg.de

Melissa de Araújo, Nutricionista. Doutora em Saúde e Nutrição pela Universidade Federal de Ouro Preto. Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde (GEPPAAS), Universidade Federal de Minas Gerais. melissaluciana20@gmail.com

Larissa Mendes, Nutricionista. Profa. Dra. Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Nutrição em Belo Horizonte. larissa.mendesloures@gmail.com

Milene Pessoa, Nutricionista. Profa. Dra. Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Nutrição em Belo Horizonte. milenepessoa@gmail.com

Renata Motta Socióloga. Profa. Dra. Universidade de Heidelberg, Centro de Estudos Ibero-Americanos de Heidelberg (HCIAS). Líder do Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia (2019-2025), sediado no Centro de Estudos Ibero-Americanos de Heidelberg (HCIAS), da Universität Heidelberg, financiado pelo Ministério de Educação e Ciência da Alemanha (BMBF). renata.motta@uni-heidelberg.de

Agradecimentos

Esta pesquisa só foi possível graças ao trabalho conjunto e às colaborações entre instituições e profissionais de diversas áreas do conhecimento. Manifestamos nossos agradecimentos a toda a equipe do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD), pela execução da pesquisa de campo e pela consolidação da base de dados. Em especial, agradecemos a André Jácomo [Diretor de Atendimento], Amanda Ávila [Gerente de Projetos], Isabel Motta [Analista de Pesquisa], Fábio Brandão [Coordenador do Campo], Vanderlei Ribeiro [Coordenador de Verificação], Mariana Fontão [Treinamento e Verificação], Sérgio Henrique dos Santos [Verificação], Anelise Marques [Verificação] e aos 48 entrevistadores/as que conduziram a aplicação do survey.

Agradecemos ainda ao cientista político Lúcio Rennó por suas valiosas contribuições e comentários desde as etapas iniciais da pesquisa.

Também expressamos nosso reconhecimento ao primoroso trabalho realizado pela pesquisadora Lea Zentgraf e assistente de pesquisa María Manzanares, do Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça, pelo trabalho como assistentes editoriais desta publicação.

Por fim, registramos nossa gratidão às/aos entrevistados/as que generosamente dedicaram seu tempo para contribuir com esta pesquisa.

Lista de gráficos

Gráfico 01 Frequência das práticas de aquisição de alimentos pelas/os entrevistadas/os antes da pandemia da COVID-19	10
Gráfico 02 Frequência das práticas de aquisição de alimentos pelas/os entrevistadas/os desde o começo da pandemia da COVID-19	11
Gráfico 03 Frequência da adoção de novas práticas de aquisição de alimentos desde o começo da pandemia da COVID-19	12
Gráfico 04 Frequência de saída de casa para compra de alimentos entre as/os entrevistadas/os desde o começo da pandemia da COVID-19	14
Gráfico 05 Frequência das práticas do comer pelas/os entrevistadas/os desde o começo da pandemia da COVID-19	19

Lista de tabelas

Tabela 01 Frequência de sair de casa para comprar alimentos, durante o primeiro ano da pandemia, segundo características socioeconômicas e de consumo alimentar	16-17
Tabela 02 Frequência de preparar as refeições no domicílio, durante o primeiro ano da pandemia, segundo marcadores socioeconômicos e de consumo alimentar	21-22
Tabela 03 Frequência de comer fora do domicílio em estabelecimentos de venda de alimentos (restaurantes, bares, lanchonetes e fast food) durante o primeiro ano da pandemia, segundo características sociodemográficas e de consumo alimentar	23-24
Tabela 04 Frequência de comer na casa de outras pessoas (amigos, familiares, vizinhos), durante o primeiro ano da pandemia, segundo características sociodemográficas e de consumo alimentar	26-27

Lista de abreviaturas e siglas

ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
BMBF	Ministério de Educação e Ciência da Alemanha (Bundesministerium für Bildung und Forschung)
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization)
IA	Insegurança alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPAD	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados
HCIAS	Centro de Estudos Ibero-Americanos de Heidelberg (Heidelberg Center for Ibero-American Studies)
HLPE	Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional (High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition)
GEPPAAS	Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
Rede	Penssan Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UnB	Universidade de Brasília
Vigitel	Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico



Sumário

Introdução	01
1 Aspectos Metodológicos	04
2 Sistemas Alimentares, Ambientes Alimentares e Desigualdades Alimentares como Conceitos-chave	06
3 Práticas de Aquisição de Alimentos	09
4 Práticas do Comer	18
Considerações finais	28
Referências bibliográficas	32

Introdução

Agricultura agroecológica em Belo Horizonte. 2019. © Renata Motta

O aumento da situação de insegurança alimentar (IA) nos domicílios brasileiros, a partir da segunda metade dos anos 2010 (IBGE, 2020), e seu agravamento no início da pandemia da Covid-19 nos primeiros meses de 2020 reacenderam o debate público sobre a urgência de ações voltadas ao enfrentamento da fome e para a promoção da segurança alimentar. Pesquisas de opinião pública nacionais realizados pela Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan, 2021) e pelo grupo de Pesquisa Alimento para Justiça (Galindo et al., 2021) estimaram que nos últimos meses de 2020 os percentuais de insegurança alimentar chegaram a 55,2% (Rede Penssan, 2021) e 59,4% (Galindo et al., 2021) dos domicílios brasileiros, considerada a soma dos três gradientes de insegurança alimentar – leve, moderada e grave¹. Essa situação se manteve preocupante também no ano seguinte: entre final de novembro de 2021 e abril de 2022, a insegurança alimentar atingiu 58,7% dos lares no Brasil de acordo com relatório da Rede Penssan (2022).

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) tem sido importante ferramenta de mensuração da situação de segurança alimentar no país (Brasil, 2014a). Seus parâmetros se baseiam na percepção das pessoas do domicílio sobre o acesso aos alimentos. Contudo, para ampliar a compreensão do fenômeno da segurança alimentar é preciso analisar outros aspectos além do acesso aos alimentos. Este esforço já foi realizado, em parte, em trabalho anterior (Galindo et al., 2021), no qual foram analisados o perfil do consumo de alimentos saudáveis e não saudáveis de brasileiros conforme as situações de segurança e insegurança alimentar dos lares. O estudo do perfil do consumo de alimentos foi inspirado na metodologia do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) (Brasil, 2020). Um dos principais resultados identificados foi que parte importante das pessoas entrevistadas relataram ter diminuído o consumo de alimentos in natura e minimamente processados (Brasil, 2014b) após o início da pandemia, com redução de 44,0% do consumo de carnes e 40,8% do consumo de frutas (Galindo et al., 2021). Esta tendência se expressou de forma mais severa nos lares em situação de insegurança alimentar, apontando que nesses domicílios houve uma redução generalizada de alimentos durante a pandemia. Ou seja, neles ocorreu a diminuição do consumo tanto de alimentos saudáveis – redução de mais de 85% –, quanto de alimentos não-saudáveis ou industrializados – como refrigerantes, achoc-

1 Os gradientes de insegurança alimentar são medidos a partir da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), instrumento consagrado e de uso sistemático no Brasil, desde 2004 (Segall-Correa et al., 2009). A referida escala permite baseia-se na seguinte classificação: “Segurança alimentar: quando a família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais; Insegurança alimentar leve: quando há preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos; Insegurança alimentar moderada: quando há redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos; Insegurança alimentar grave: redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio” (Ibge, 2020).

olados biscoitos, salgadinhos e/ou macarrão instantâneo [Galindo et al., 2021]. Ao combinar, em uma pesquisa, instrumentos para obtenção de dados sobre acesso a alimentos [EBIA] com dados sobre a qualidade dos alimentos consumidos [VIGITEL], promoveu-se uma inovação metodológica nos estudos da alimentação, que permitiu aprofundar a compreensão das estratégias dos domicílios em face da incerteza e da perspectiva da fome. Além da quantidade, a qualidade dos alimentos consumidos também sofreu redução neste período. Em muitos casos, compromete-se a qualidade para não faltar em quantidade.

O presente Working Paper abordará duas práticas não analisadas pela publicação mencionada no parágrafo anterior, sendo elas: as práticas de aquisição de alimentos e as práticas do comer. Com isso, procura-se constituir uma visão mais holística sobre como a crise sanitária, desencadeada pela pandemia da Covid-19, exacerbou e tornou mais visíveis desigualdades alimentares [Motta, 2021a; 2021b]. Estudos apontam que as mudanças no contexto de crise sanitária não afetaram somente a situação de segurança alimentar, mas também tiveram efeitos diretos nos hábitos alimentares da população, na qualidade de alimentação, na disponibilidade e acesso aos alimentos, nos ambientes alimentares, sobretudo, em países de baixa e média renda [Hassen and El Bilali, 2024; Mendes et al., 2021]. Analisar as alterações geradas pela pandemia sobre a alimentação se mostra relevante na identificação de tendências e desafios a serem encarados tanto na iminência de futuras crises sanitárias, quanto em face a um planeta marcado por múltiplas crises.

O foco inicial desta pesquisa buscou analisar os impactos da pandemia na alimentação, interpretando, por exemplo, as alterações geradas pelos protocolos sanitários de prevenção à Covid-19 – que recomendavam menor contato entre pessoas – sobre as condições de aquisição de alimentos e práticas do comer. Entretanto, além da pandemia, outros fenômenos ajudam a entender a transformação das práticas de aquisição de alimentos e do comer no final dos anos 2010 e começo dos 2020, dentre os quais destacam-se: i) os efeitos da crise econômica internacional de 2007/2008 que atingiram o Brasil, principalmente, a partir de 2014 devido às oscilações dos preços das commodities [Favareto, 2017]; ii) a instabilidade e polarização da política brasileira iniciada a partir das jornadas de julho de 2013 [Bringle e Pleyers, 2019; Alonso e Mische, 2015; 2017] e agravadas com o questionamento do resultado eleitoral de 2014 e o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff em 2016; iii) o fortalecimento de forças políticas e governos orientados por uma plataforma política de Estado mínimo e de extrema direita, com cortes orçamentários em políticas estratégicas nas áreas sociais e da segurança alimentar e nutricional²; iv) os altos índices de desemprego, inflação e pobreza. Outros estudos aprofundaram a relação destes fatores de contexto sobre as desigualdades alimentares [Galindo et al., no prelo].

2 Alguns autores têm teorizado sobre diferentes formas de desmonte das políticas públicas de agricultura familiar, agroecologia e segurança alimentar no Brasil, após os governos do Partido dos Trabalhadores [Londres et al. 2022, Niederle et al., 2023]. O fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2016, e a fragilização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), especialmente, a partir da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 2019, são dois exemplos dos caminhos pelos quais se desenvolveu o referido desmonte.

Este trabalho se concentra na apresentação dos novos dados e está organizado em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira aborda os aspectos metodológicos. A segunda refere-se aos conceitos e categorias que orientam a pesquisa. A terceira apresenta os dados e análises sobre aquisição de alimentos. Finalmente, a quarta aborda os resultados quanto às práticas do comer.

Fotografia de milho. © Pexels



1 | Aspectos metodológicos

Agricultura agroecológica em Belo Horizonte. 2019. © Renata Motta

Este trabalho se baseia em dados da pesquisa representativa da opinião pública brasileira realizada entre os dias 21 de novembro e 19 de dezembro de 2020, que buscou entender os efeitos da pandemia da Covid-19 no Brasil nos temas alimentação, trabalho reprodutivo e política. Esta pesquisa foi coordenada pelo Grupo de Pesquisa “Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia” - naquele momento baseado na Universidade Livre de Berlim [Alemanha], atualmente na Universidade de Heidelberg [Alemanha], - em parceria com pesquisadoras/es da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade de Brasília (UnB). A coleta de dados foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD).

O desenho amostral da pesquisa se baseou em estatísticas oficiais atualizadas naquele momento³ e levou em consideração o controle de variáveis explícitas e implícitas do perfil das/dos entrevistadas/dos. As cotas explícitas são aquelas utilizadas formalmente como referências para definição do plano amostral. Nesta pesquisa, foram variáveis explícitas: sexo, idade, escolaridade, situação territorial e região do país [Galindo et al., 2021]. Considerando-se 95% de intervalo de confiança e uma margem de erro de exatos 2,19 pontos percentuais, chegou-se a uma amostra de 2.004 pessoas.

Devido à importância do isolamento social para prevenção à Covid-19 no momento de execução da pesquisa, optou-se pela realização das entrevistas por coletas telefônicas- telefones fixo e móvel. A seleção dos números foi aleatória estratificada por DDD, a partir de banco de dados de números telefônicos fixos e móveis, combinados com informações do cadastro de todos os telefones fixos e celulares de acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações [Anatel]⁴.

Este estudo analisa 10 práticas de aquisição de alimentos adotadas pela população, a saber: 1) compra direta de agricultores; 2) compra em feiras livres; 3) aquisição em pequenos mercados do bairro; 4) compra em grandes redes de supermercados; 5) uso de serviços de entrega de comida [*delivery*]; 6) compras via internet ou aplicativos de supermercados com entrega em domicílio [*e-commerce*]; 7) acesso a alimentos por meio de políticas governamentais de Segurança Alimentar e Nutricional [SAN]; 8) participação em programas de alimentação escolar; 9) produção própria de alimentos [autoconsumo]; e 10) doações recebidas de entidades sem fins lucrativos. A pesquisa considerou os diferentes tipos de ambientes alimentares de varejo e modalidades de aquisição, incluindo tanto as formas mediadas por dinheiro quanto as não-monetárias⁵. As formas de aquisição não monetárias incluem: i) doações de entidades sem fins lucra-

3 Os dados da PNAD 2020 e as estatísticas de eleitorado do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atualizadas para o pleito eleitoral municipal de 2020, serviram como base tanto para o cálculo do tamanho geral da amostra, quanto para as decisões sobre o desenho amostral.

4 Para maiores detalhes sobre a metodologia de pesquisa, ver Galindo et al., [2021, p. 6-9].

5 Embora todas essas modalidades sejam mencionadas nos gráficos dessa pesquisa, optou-se por não aprofundar suas análises, uma vez que poder-se-ia incorrer em vieses, uma vez que a pesquisa não focalizou ou contou com amostra significativa de beneficiários dessas políticas, programas e ações assistenciais.

tivos; ii) políticas de segurança alimentar e nutricional (SAN), como distribuição de cestas básicas, restaurantes populares e bancos de alimentos; e iii) programas de alimentação escolar, como merenda e cartões de alimentação. Aos participantes também foi perguntado sobre a frequência com que saíam de casa para comprar alimentos.

A discussão dedicada às práticas alimentares concentrou-se nos locais de preparo e consumo das refeições. As perguntas visaram identificar se com a pandemia houve aumento, diminuição ou manutenção na frequência com que as/os entrevistadas/os: 1) preparavam alimentos em casa; 2) realizavam refeições fora de casa [em restaurantes, lanchonetes, bares, cantinas, ou estabelecimentos de fast food]; e 3) faziam refeições na casa de outras pessoas, como amigos, vizinhos ou familiares.

Agricultura agroecológica em Belo Horizonte. 2019. © Renata Motta



2 | Sistemas alimentares, ambientes alimentares e desigualdades alimentares como conceitos-chave

Agricultura agroecológica em Belo Horizonte. 2019. © Renata Motta

O alimento e a alimentação são relevantes lentes a partir das quais se pode discutir, dentre outros aspectos, as relações sociais. Um conceito central nos debates sobre estudos alimentares é o de sistemas alimentares, entendido por alguns autores como um conjunto de elementos interconectados e de múltiplas forças estruturais implicadas nos processos que vão desde o provimento até à transformação dos alimentos (Beardsworth; Keil, 1997; Goody, 1982; Maluf; Luz, 2018). Nesse sentido, trata-se de um conceito importante para o entendimento dos sistemas de relações que se articulam em torno da comida e do comer. Segundo Goody (1982), os sistemas alimentares se organizam a partir de processos que estão associados aos atos de produzir, armazenar e distribuir, cozinhar, comer e descartar os alimentos. Cada uma desses processos corresponde a uma das 5 fases dos sistemas alimentares, que, segundo classificação do mesmo autor, são: produção, distribuição, preparação, consumo e descarte.

Como um dos focos desse trabalho é analisar as formas de aquisição, ou seja, as dinâmicas de abastecimento alimentar por meio dos quais são acessados os alimentos, as interpretações produzidas sobre este tema dizem respeito, principalmente, à dimensão da distribuição de alimentos. Para Goody (1982, p.37), a fase de distribuição e alocação se caracteriza por aspectos de ordem política, influenciada pelas demandas por renda, medidas de abastecimento interno, além das tributações e taxas que se ordenam de acordo com as dinâmicas internacionais, nacionais, regionais e locais.

Com relação às práticas do comer, as discussões que derivam de suas análises têm a ver, principalmente, com a fase do preparo dos alimentos, uma vez que tratam dos locais que fornecem a comida pronta para ser consumida, sejam eles a cozinha, da própria casa, da casa de amigos e parentes ou de lanchonetes, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais. Goody (1982) defende que na fase de preparação fica evidente a estratificação do trabalho doméstico ou patrimonial, cuja as mulheres são historicamente e desigualmente as mais responsabilizadas.

O trabalho de cuidado é fundamental para garantir a sustentabilidade da vida em sociedade, ele compreende o conjunto de atividades e práticas (remuneradas ou não) voltadas a satisfazer e supervisionar as necessidades físicas, psicológicas, emocionais e do desenvolvimento de uma ou mais pessoas (Skornia, 2020), o

que inclui a dimensão alimentar. Trata-se de um trabalho geralmente atribuído às mulheres, invisível e desvalorizado, resultado da reprodução cultural dos papéis de gênero no mundo ocidental, baseadas no binarismo produtivo e reprodutivo [Marcondes, 2020; Skornia, 2020]. Integra o trabalho de cuidados o conjunto de tarefas associadas ao preparo da comida que incluem a própria busca pelos alimentos e pelos recursos fundamentais ao seu preparo [como água], higienização, planejamento e gestão das preferências e dietas alimentares das pessoas do domicílio, dentre outras atividades.

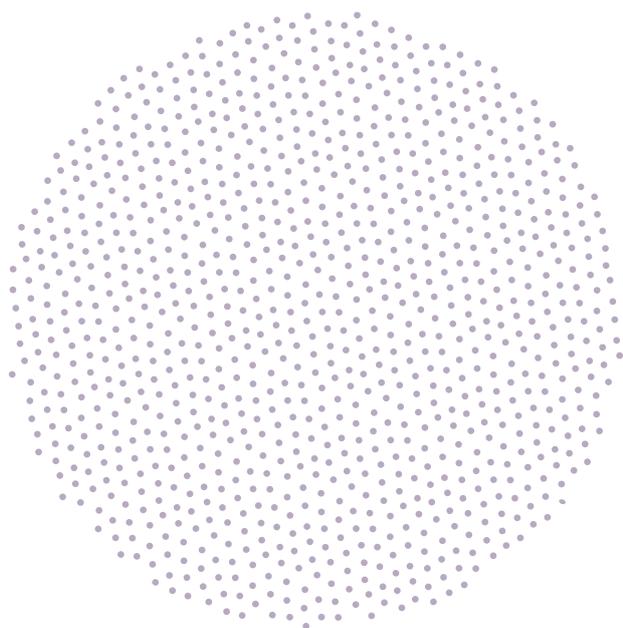
Ainda sobre as práticas do comer, vê-se que elas também guardam relação com a fase de consumo. É na mesa que as identidades e diferenciações se apresentam, desde o tipo de alimento e receita que se come, até com quem se come [Goody, 1982]. Tais aspectos se articulam tanto à noção de comensalidade - entendida a partir das dinâmicas envolvidas no comer junto, o comer socialmente [Flandrin & Montanari, 1998] -, quanto às características e qualidade da comida consumida. Nesse sentido, alguns estudos sugerem que as refeições realizadas em estabelecimentos comerciais tendem a expor seus consumidores a alto conteúdo de energia, gordura saturada e total, além de açúcares e sódio [Bezerra et al., 2013].

Outro conceito importante neste trabalho é o ambiente alimentar, que consiste nos “pontos de entrada de alimentos”, isto é, os espaços físicos onde os alimentos são obtidos. Assim, tal conceito abarca desde o ambiente construído [físico ou virtual] que permite aos consumidores acessar esses espaços, até os determinantes socioeconômicos das escolhas alimentares [incluindo renda, educação, valores, habilidades etc.] e as normas políticas, sociais e culturais que estão subjacentes a essas interações. Dessa forma, o ambiente alimentar refere-se ao contexto físico, econômico, político e sociocultural em que a população interage com o sistema alimentar para adquirir, preparar e consumir alimentos [HLPE, 2017, TURNER et al., 2018]. O conceito de ambiente alimentar contribui para o entendimento de que as escolhas alimentares não são determinadas exclusivamente por necessidades fisiológicas e nutricionais, mas também por influência de fatores ambientais, sociais, econômicos, políticos e culturais, como acessibilidade, disponibilidade, qualidade, publicidade e preço dos alimentos [HLPE, 2017; Irala-Estévez et al., 2000]. Dessa forma, múltiplas dimensões influenciam nas práticas de aquisição e do comer.

Para a definição das práticas de aquisição de alimentos, foi considerada a experiência do grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Ambiente Alimentar e Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais [GEPPAAS/UFMG], na temática de ambiente alimentar comunitário e digital. Entende-se por ambiente alimentar comunitário os aspectos relacionados com “a disponibilidade, o acesso, a proximidade e a distribuição espacial de estabelecimentos de venda de alimentos onde as escolhas alimentares são realizadas” [Araújo et al., 2022, p. 642]. A existência ou não de estabelecimentos onde são comercializados alimentos e sua localização, além de dimensões como preço, facilidades de acesso, podem influenciar o comportamento dos indivíduos em termos alimentares, especialmente, os que vivenciam condições econômicas desfavoráveis. Denomina-se ambiente alimentar digital os canais de conveniência para a realização de compras online, ampliando as possibilidades de local de compra, disponibilidade e a acessibilidade aos alimentos preparados fora do domicílio [Granheim, 2019; Botelho, Cardoso e Canella, 2020].

Finalmente, o conceito de desigualdades alimentares (Motta, 2021a; 2021b.) foi acionado para evidenciar as assimetrias implicadas nas práticas de aquisição e do comer. As desigualdades alimentares são caracterizadas pelo entrelaçamento de variadas dimensões na conformação das assimetrias na alimentação, tais como: marcadores interseccionais (gênero, raça ou cor, classe, territorialidade etc.); escalares (local, regional, nacional, global etc.); estruturais (econômica, social, política, cultural, epistemológica etc.); e as dinâmicas de transformação ou de reprodução das desigualdades.

Privilegiaram-se nesse trabalho as análises em torno dos marcadores interseccionais das desigualdades alimentares, tais como sexo, raça ou cor, escolaridade, macrorregião do país, situação territorial e renda per capita. Além disso, a situação de (in)segurança alimentar nos domicílios também foi adotada como mais um marcador interseccional que contribui para o entendimento do contexto de vulnerabilidade em termos das práticas de aquisição de alimentos e do comer durante a pandemia. Considera-se, assim, que os fenômenos como a crise sanitária do Covid-19 e as políticas em sua resposta não afetam a todos e todas igualmente. Pelo contrário, indivíduos situados em contextos onde há confluências de eixos estruturantes de desigualdades socioeconômicas, espaciais, raciais, de gênero, não somente se encontravam em posição de mais vulnerabilidade aos efeitos da crise sanitária sobre a alimentação, como também, as desigualdades alimentares podem aumentar os mecanismos de exclusão.



3 | Práticas de aquisição de alimentos

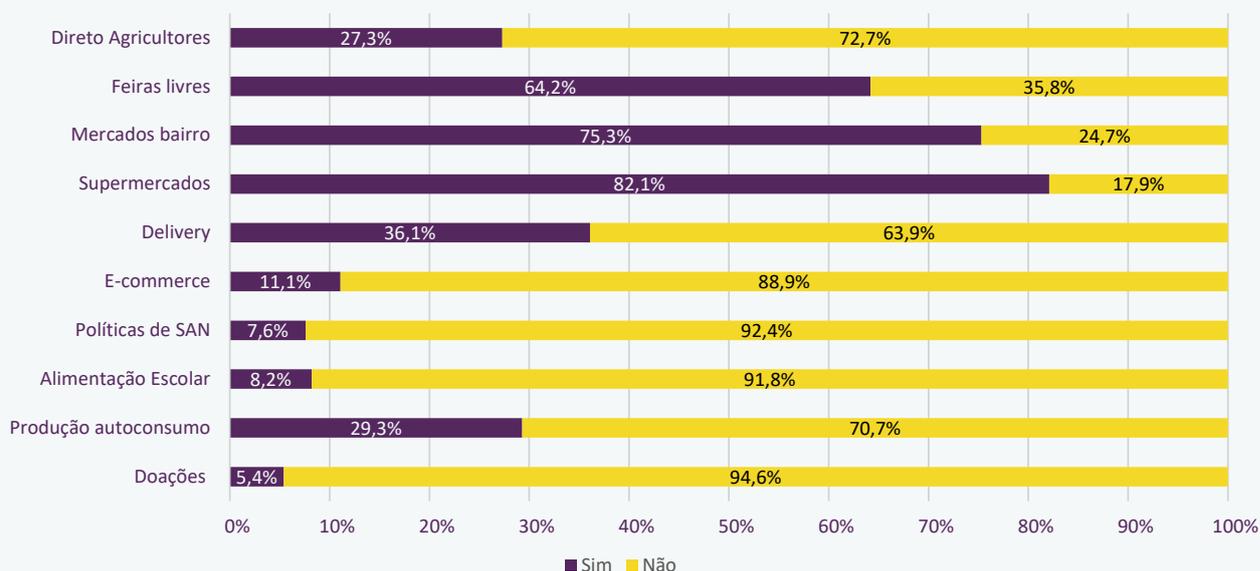
Agricultura agroecológica em Belo Horizonte. 2019. © Renata Motta

Como medidas de segurança para reduzir a disseminação do coronavírus, muitos municípios e estados brasileiros adotaram as recomendações da Organização Mundial de Saúde [OMS] de garantir o distanciamento social. Essas medidas acarretaram o fechamento de locais públicos de aquisição de alimentos como feiras abertas e mercados municipais, afetando mais intensamente a produção e comercialização da agricultura familiar, mais presente nestes espaços de venda (Ribeiro-Silva et al, 2020). Enquanto isso, as empresas de varejo e atacado de alimentos, principalmente as grandes redes de supermercado, mantiveram suas atividades com a adoção de alguns protocolos de distanciamento e higiene, e puderam expandir suas vendas por meio de canais digitais (Gomes Júnior; Belik, 202; Maluf, 2020).

Os resultados indicam que, antes da pandemia, as formas mais comuns de aquisição de alimentos ocorriam nas grandes redes de supermercados (82,1%), seguidas pelos mercados de bairro (75,3%) e pelas feiras livres (64,2%). A compra direta de alimentos de agricultores também foi expressiva, sendo realizada por 27,3% dos entrevistados (Gráfico 01).

Além disso, uma parcela considerável dos participantes já utilizava o ambiente alimentar digital antes da pandemia, seja por meio do *e-commerce*, em 11,1% dos casos, ou por serviços de entrega de comida via *delivery*, em 36,1% dos casos (Gráfico 01). Entre as formas não monetárias de obtenção de alimentos, destaca-se a produção para autoconsumo, realizada por 29,3% dos entrevistados, por meio de hortas domésticas ou plantações comunitárias (Gráfico 01).

Gráfico 01- Frequência das práticas de aquisição de alimentos pelas/os entrevistadas/os antes da pandemia da COVID-19. Efeitos da pandemia da Covid-19 no Brasil, 2020



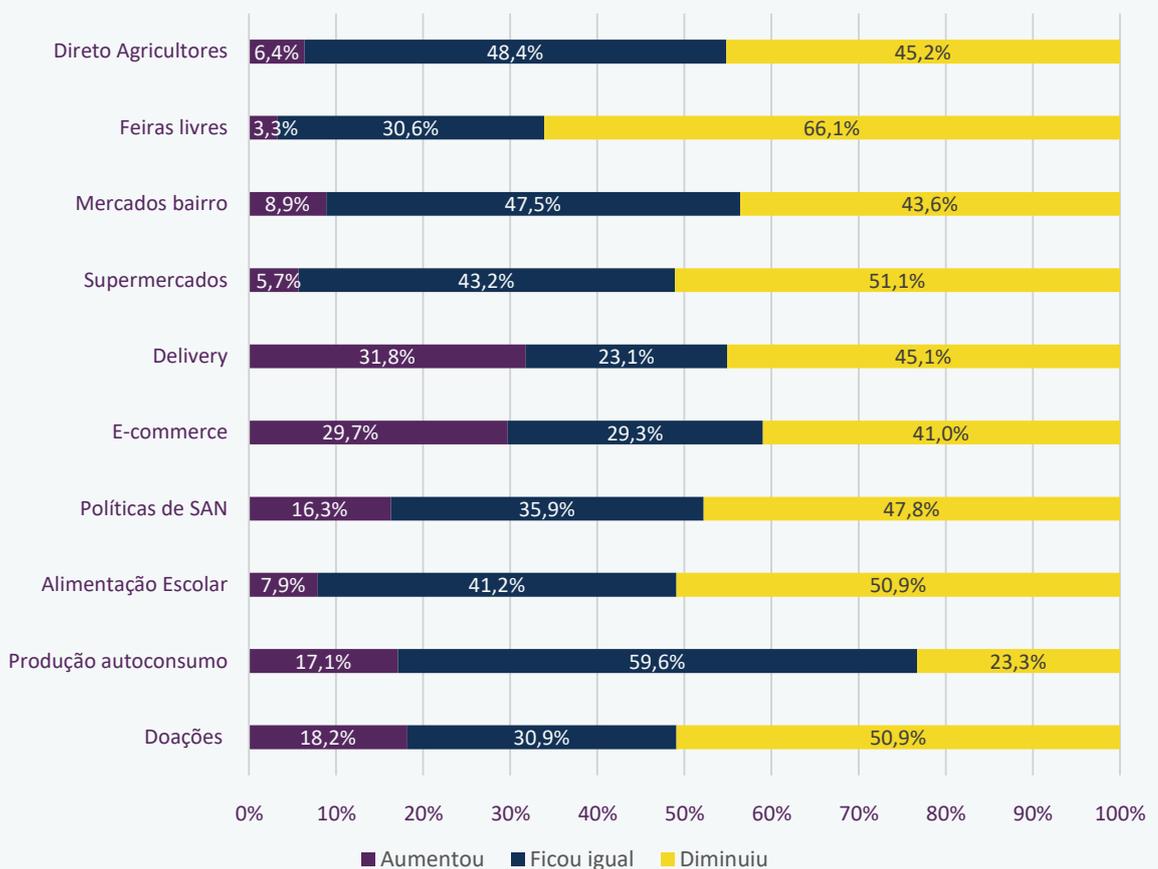
Nota: Direto dos agricultores: 3 não souberam responder; 4 não responderam; Mercados de bairros: 3 não souberam responder; 2 não responderam; Supermercados: 2 não souberam responder; 3 não responderam; Delivery: 1 não soube responder; 3 não responderam; E-commerce: 1 não respondeu; Políticas de SAN: 1 não soube responder; 1 não respondeu; Alimentação escolar: 2 não souberam responder; 1 não respondeu; Produção autoconsumo: 1 não respondeu; e Doações: 1 não soube responder. Fonte: autoras

As pessoas que responderam adotar algumas das práticas mencionadas foram perguntadas se houve um aumento, diminuição ou nenhuma alteração na frequência de cada uma das práticas desde o início da pandemia. A análise das práticas alimentares nesse período indicou que as feiras livres foram os espaços mais afetados, sofrendo maior redução de frequência [66,1%] (Gráfico 02). Tal fato pode ser explicado pelas restrições ao funcionamento desses canais de comercialização, situação que complicou as possibilidades de acesso a alimentos frescos e saudáveis, além de ter gerado impactos negativos sobre as oportunidades de comercialização para os agricultores familiares (Ribeiro-Silva et al., 2020). Também foi significativo o percentual de pessoas entrevistadas que disseram ter reduzido a frequência com que adquiriam seus alimentos via grandes redes de supermercados [51,1%] e mercados de bairro [43,6%].

As compras no ambiente alimentar digital foram as que tiveram as maiores frequências de aumento no mesmo período. 31,8% das pessoas entrevistadas disseram ter ampliado a aquisição de refeições via plataformas de delivery e 29,75% por plataformas de e-commerce, consideradas as pessoas que já utilizavam estes serviços antes da pandemia (Gráfico 02). Esses dados corroboram pesquisas anteriores que haviam observado uma tendência do aumento da compra de alimentos por meios digitais através dos aplicativos e websites de venda de alimentos (Mendes et al., 2021; Oliveira et al., 2020; Martinelli et al., 2020).

Do ponto de vista das formas não-monetárias de acesso aos alimentos, com a pandemia houve uma redução em 23,3% dos domicílios que declaravam adquirir alimentos por meio de hortas ou plantações familiares e/ou comunitárias [Gráfico 02]. A produção alimentar para autoconsumo, em espaços urbanos e rurais, têm sido cada vez mais debatida como instrumento de promoção da segurança alimentar e nutricional e garantia do direito humano à alimentação adequada [Menasche, Marques e Zanetti, 2008; Grisa, Gazolla e Schneider, 2010; Sperandio et al., 2021]. A redução das possibilidades de produção de comida saudável para atender as demandas dos familiares representa mais uma das ameaças que o contexto pandêmico representou para determinadas famílias.

Gráfico 02 - Frequência das práticas de aquisição de alimentos pelas/os entrevistadas/os desde o começo da pandemia da COVID-19. Efeitos da pandemia da Covid-19 no Brasil, 2020

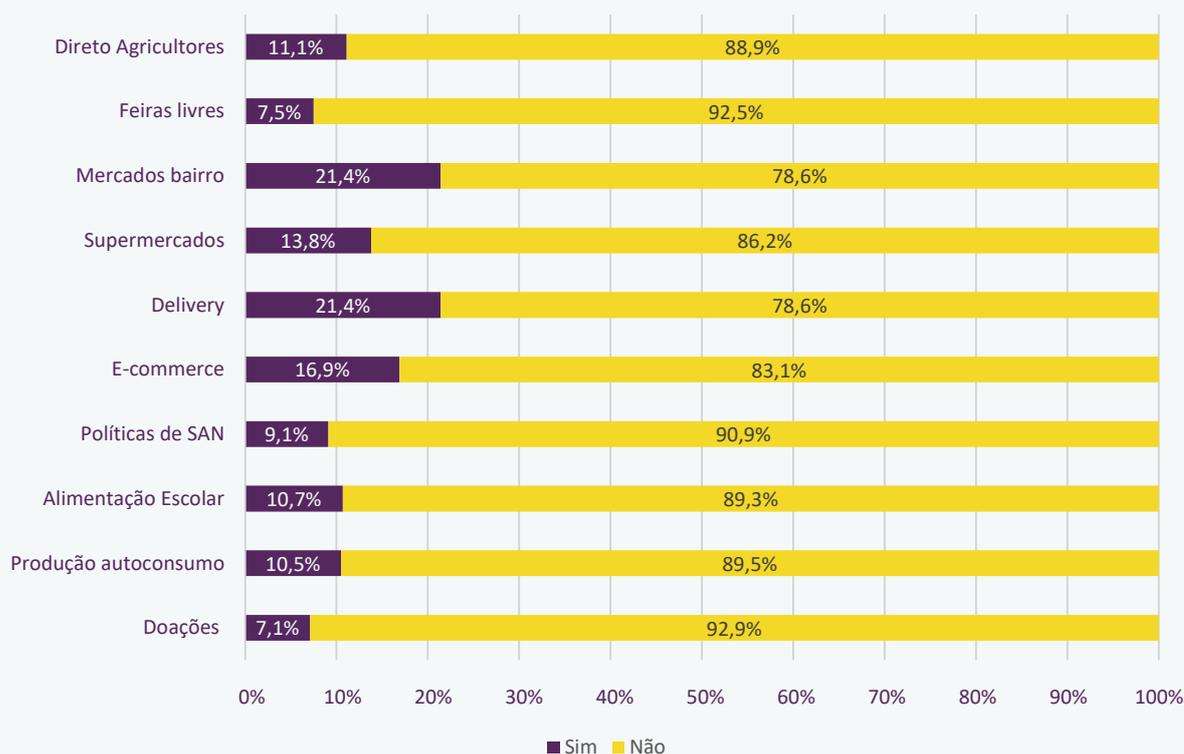


Nota: Direto das agricultores: 3 não respondeu; feiras livres: 3 não responderam; 1 não soube responder; mercados de bairros: 2 não responderam; supermercados: 1 não soube responder; E-commerce: 1 não soube responder; Produção autoconsumo: 1 não soube responder. Fonte: Autoras

As pessoas que responderam não adotar algumas das práticas mencionadas antes da pandemia foram perguntadas se passaram a adotar algumas dessas práticas após o início da pandemia. As principais mudanças aconteceram na aquisição por meio de serviços de entrega de comida (*delivery*) [21,4%], de mercadinhos do bairro/ comunidade [21,4%] e pela internet ou aplicativos de supermercados com entrega em domicílio (*e-commerce*) [16,9%]. Ou seja, as pessoas que não usavam estes serviços passaram a adotá-los, preferindo práticas que facilitavam o distanciamento social ou deslocamentos na vizinhança de suas residências [Gráfico 03].

Pode-se dizer que uma mudança importante aconteceu no ambiente alimentar digital. Os gráficos 02 e 03 demonstram o aumento ou adoção do uso de aplicativos de supermercados com entrega em domicílio [aumento entre 29,7% das pessoas entrevistadas que já usavam essa prática e adoção entre 16,9% entre os que não a utilizavam antes da pandemia] e de serviços de entrega de comida [identificação de aumento entre 31,8% das pessoas que já usavam e adoção dessa prática entre 21,4% de quem não a utilizava antes da pandemia].

Gráfico 03 - Frequência da adoção de novas práticas de aquisição de alimentos desde o começo da pandemia da COVID-19. Efeitos da pandemia da Covid-19 no Brasil, 2020



Nota: Direto dos agricultores: 1 não soube responder; supermercados: 3 não souberam responder; delivery: 1 não soube responder; 3 não responderam; e-commerce: 1 não respondeu; políticas de SAN: 1 não soube responder; alimentação escolar: 1 não soube responder; produção autoconsumo: 1 não soube responder; doações: 1 não respondeu; políticas de SAN: 1 não respondeu e e-commerce: 1 não respondeu. Fonte: autoras



A ampliação do uso de serviços de entrega é algo que merece destaque. Há pesquisas que indicam que a ampliação do acesso aos alimentos por este canal pode afetar negativamente a saúde dos seus consumidores [Bezerra et al., 2013; Botelho, Cardoso e Canella, 2020]. As grandes redes de supermercados são estabelecimentos que geralmente concentram uma maior oferta e variedade de alimentos e bebidas processadas e ultraprocessadas, embora não só. Com isso, a aquisição de alimentos por este meio, seja presencial ou por comércio digital, apresenta uma maior oportunidade de exposição dos consumidores não só aos alimentos não saudáveis, como também às propagandas disponíveis nesses espaços. Já a comida preparada fora do domicílio apresenta perfil nutricional alto em energia e pobre em nutrientes. Com isso, a aquisição de comida em serviços de entrega pode contribuir para o consumo de alimentos não saudáveis e para o desenvolvimento de agravos à saúde associados à má alimentação [Botelho, Cardoso e Canella, 2020].

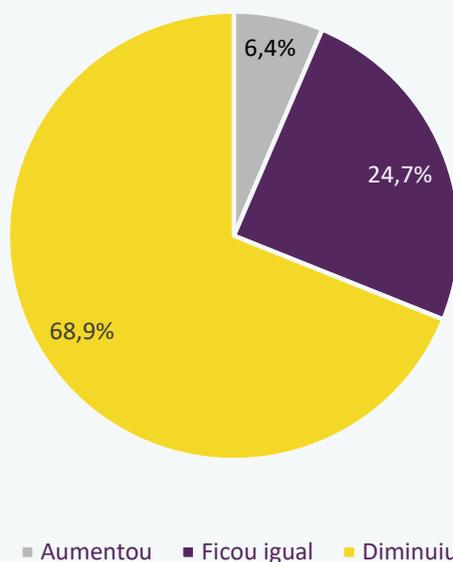


Outro aspecto que a mudança na prática da aquisição de alimentos ajuda a refletir é sobre como os impactos da pandemia provavelmente se refletiram de forma mais intensa entre feirantes do que em redes de supermercados, o que sugere mais uma dimensão de desigualdade. Em várias cidades, as feiras foram proibidas, enquanto os supermercados puderam manter seu funcionamento. Pode-se inferir que, por um lado, o aumento do uso de canais de *e-commerce* pode ter ajudado a compensar a diminuição das idas aos supermercados, uma vez que as grandes redes e empresas de comércio de alimentos são geralmente as mesmas responsáveis pelas operações e suprimento dos canais de mercado digital (*e-commerce*). Por outro lado, a diminuição da frequência das idas às feiras provocou um impacto maior entre agricultores familiares, sendo eles os que geralmente utilizam esses canais de comercialização para a venda de seus produtos. As respostas políticas à crise sanitária podem ter contribuído para a concentração na cadeia de comercialização de alimentos, com efeitos tanto sobre a produção, já que agricultores com dificuldade de escoamento provavelmente tiveram que reduzir suas colheitas e produção, quanto para o consumo, com a redução da oferta e do acesso a produtos in natura.

Além de identificar como a pandemia produziu mudanças quanto aos locais e formas de aquisição dos alimentos, buscou-se também entender como ela alterou a frequência com que as pessoas saíam de suas casas para comprar alimentos. A saída de casa para a compra de alimentos sugere uma maior exposição das pessoas ao vírus, num contexto em que era preciso reduzir ao máximo o contato com outras pessoas. Por outro lado, em alguns casos manter-se em casa não foi uma escolha, determinados grupos sociais tiveram que seguir trabalhando ou se colocando em circulação para prover necessidades individuais ou coletivas.

Perguntou-se aos entrevistados se a frequência com que saíam de casa para comprar alimentos aumentou, diminuiu ou permaneceu igual desde o início da pandemia. Os resultados indicam que a maioria relatou ter reduzido a frequência de saídas para compra de alimentos [68,9%], enquanto 24,7% mantiveram e 6,4% aumentaram a frequência [Gráfico 04]. Tal mudança era esperada, considerando as recomendações de distanciamento social.

Gráfico 04 - Frequência de saída de casa para compra de alimentos entre as/os entrevistadas/os desde o começo da pandemia da COVID-19. Efeitos da pandemia da Covid-19 no Brasil, 2020



Nota: 9 não responderam. Fonte: Autoras

Com o objetivo de identificar como as desigualdades alimentares interseccionais afetam determinados grupos sociais, analisou-se a frequência das saídas para a compra de alimentos, utilizando marcadores interseccionais. Embora a redução das saídas para adquirir comida tenha sido observada em todos os grupos pesquisados, nota-se que essa prática varia conforme diferentes características socioeconômicas [Tabela 01].

No caso da variável sexo, o valor p é relevante para o aumento ($p=0,031$) e diminuição ($p<0,001$) de frequência, indicando diferenças significativas nas frequências de aumento e diminuição das saídas. De acordo com os dados, as mulheres tenderam a sair menos durante a pandemia para adquirir alimentos [78,32%] e apresentaram um menor aumento dessa prática [5,47%] em comparação aos homens [7,43%]. Estes, por sua vez, demonstraram maior estabilidade nas práticas de compra de alimentos, com 34,1% relatando que a frequência “ficou igual”. As discussões acerca das desigualdades em torno da divisão do trabalho doméstico e de cuidados pode ajudar a entender essa diferença. O abastecimento alimentar

do domicílio, embora seja parte do trabalho de cuidados, pode ser prática melhor compartilhada entre homens e mulheres. Tal prática remete às dimensões tanto do prover, quanto do trânsito no espaço público, para suprir a esfera privada, dimensões que se alinham às concepções binárias de gênero, socialmente associadas a atribuições masculinas.

O perfil de renda também se apresentou relevante tanto no aumento quanto na diminuição das saídas para a compra de alimentos, com o valor de p para aumento ($p=0,007$) e diminuição ($p<0,001$) significativo. Comparativamente, indivíduos com menor renda tenderam a registrar maiores frequências em relação à diminuição das saídas do domicílio, enquanto os com maior renda apresentaram maiores percentuais de aumento. Uma hipótese para isso pode estar relacionada ao fato de que pessoas com maior renda possuem mais recursos para sair de casa e comprar alimentos, inclusive em condições sanitárias mais seguras, como o uso de transporte particular, máscaras e álcool gel.

Ainda segundo a Tabela 01, pessoas em situação de insegurança alimentar grave apresentaram uma diminuição mais acentuada nas saídas de casa para a compra de alimentos, enquanto aquelas em segurança alimentar relataram aumentos. Essa diferença pode estar relacionada à própria condição de insegurança alimentar, caracterizada pela dificuldade de acesso a recursos e meios de obtenção de alimentos. A pandemia aprofundou a situação de insegurança alimentar no Brasil, dificultando o acesso aos alimentos e, conseqüentemente, reduzindo a frequência de saídas para adquiri-los.

A análise conjugada do aumento e diminuição da frequência de saídas de casa para a compra de alimento permitiu identificar que algumas variáveis (como sexo, renda e segurança alimentar) são relevantes para ambas as práticas, enquanto outras (como raça/cor, escolaridade e local de residência) influenciam apenas uma das tendências. Raça/cor é significativa para o aumento das saídas ($p = 0,013$), mas não para a diminuição ($p = 0,928$), com as pessoas que se declararam de raça ou cor parda relataram a maior frequência de aumento (8,96%), seguidas das pessoas de raça ou cor preta (6,1%). O nível de escolaridade foi relevante para o aumento das saídas ($p = 0,011$), especialmente para aqueles com maior escolaridade. A diminuição, por outro lado, não foi influenciada significativamente pela escolaridade ($p = 0,420$). A área de residência foi significativa para a diminuição das saídas ($p = 0,004$), indicando que as pessoas em áreas rurais diminuíram mais suas saídas (74,7%) do que as urbanas (67,1%). Isso sugere que características socioeconômicas podem afetar as práticas de aquisição de alimentos das pessoas, reforçando ideias ressaltadas pelos conceitos de ambientes alimentares e desigualdades alimentares.

Tabela 01- Frequência de sair de casa para comprar alimentos, durante o primeiro ano da pandemia, segundo características socioeconômicas e de consumo alimentar. Efeitos da pandemia da Covid-19 no Brasil, 2020 (n =2004).

Variáveis	Ficou igual (%)		Aumentou (%)	valor P	Diminuiu (%)	valor P
Sexo [%]		Ref.		0.031		<0.001
Feminino	16.21		5.47		78.32	
Masculino	34.10		7.43		58.47	
Raça/Cor [%]		Ref.		0.013		0.928
Branca	24.71		4.71		70.57	
Indígena/ amarela	30.91		0.00		69.09	
Parda	23.38		8.96		67.66	
Preta	25.35		6.10		68.54	
Escolaridade [%]		Ref.		0.011		0.420
Até ensino fundamental	24.37		4.32		71.31	
Ensino médio	24.18		6.92		68.90	
Ensino superior	25.46		9.02		65.52	
Região Geográfica [%]		Ref.		0.068		0.916
Norte	24.53		8.18		67.30	
Nordeste	24.54		7.91		67.55	
Centro-oeste	26.14		3.41		70.45	
Sudeste	22.59		6.66		70.75	
Sul	28.66		3.91		67.43	

Variáveis	Ficou igual (%)		Aumentou (%)	valor P	Diminuiu (%)	valor P
Região [%]		Ref.		0.336		0.004
Rural	19.22		6.08		74.70	
Urbano	25.91		6.41		67.16	
Renda per capita [%]		Ref.		0.007		<0.001
Acima de R\$ 1.000,00	29.62		6.23		64.15	
De R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00	25.99		7.58		66.43	
Até R\$ 500,00	15.58		6.20		78.21	
EBIA [%]		Ref.		<0.001		<0.001
Segurança alimentar	36.02		6.05		57.93	
Insegurança alimentar leve	22.13		6.79		71.08	
Insegurança alimentar moderada	12.76		9.47		77.78	
Insegurança alimentar grave	8.14		4.41		87.46	

Nota: valor P: Regressão logística multinomial; Fonte: autoras.



4 | Práticas do comer

Agricultura agroecológica em Belo Horizonte. 2019. © Renata Motta

A pandemia também teve efeitos sobre as práticas do comer, incluindo onde se preparam e se realizam as refeições. Por exemplo, as recomendações para se manter em casa, com a menor contato possível com outras pessoas, tornou o próprio domicílio um lugar ainda mais importante para o preparo e realização das refeições, tendo impactos ainda maiores na vida de determinados grupos sociais como as mulheres, mais responsabilizadas pelo trabalho doméstico e de cuidados, e as crianças, com o fechamento das escolas, onde realizam refeições. Além disso, a restrição de acesso físico a estabelecimentos que comercializavam alimentos para o consumo imediato, como as lanchonetes e restaurantes, alterou a rotina de vendas desse tipo de serviço e a migração para o ambiente alimentar digital [Mendes et al., 2021; Oliveira et al., 2020; Martinelli et al., 2020]. Tudo isso teve efeitos nas possibilidades de socialização por meio da comida, afetando a comensalidade. A noção de comensalidade, como as dinâmicas envolvidas no comer junto, o comer socialmente [Flandrin & Montanari, 1998], são igualmente importantes para analisar os efeitos da pandemia sobre a vida e a mesa da população brasileira.

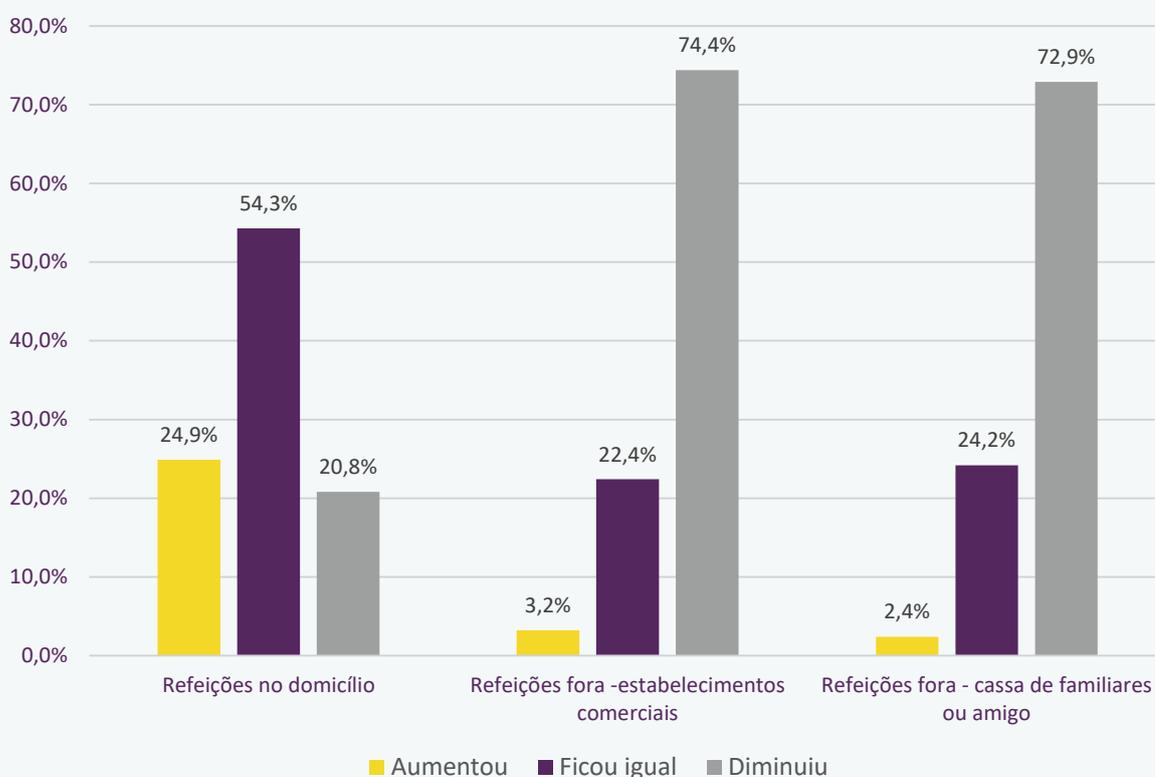
Outros estudos realizados no Brasil [Bezerra et al., 2021], comparando os períodos de 2008-2009 e 2017-2018, apontam que houve uma redução do consumo de alimentos fora de casa. Entretanto, mostrou-se preocupante o fato dos ultraprocessados aparecerem como os principais grupos de alimentos consumidos fora do domicílio, principalmente bebidas alcoólicas, salgadinhos fritos e assados, refrigerantes, pizzas, doces e sanduíches [Bezerra et al., 2021]. A pandemia pode ter ampliado essa tendência de diminuição da alimentação fora de casa. Entretanto, o aumento dos usos de plataformas delivery podem seguir reforçando as portas de acesso e disponibilidade aos alimentos ultraprocessados.

Com relação às práticas do comer, a presente pesquisa demonstrou uma tendência esperada de diminuição da regularidade com que as pessoas realizavam refeições fora do domicílio, dada a necessidade e estímulo ao isolamento social. No caso de estabelecimentos comerciais – restaurantes, lanchonetes, bares, cantinas e fast food – a diminuição chegou a 74,4% dos casos. Em se tratando da residência de familiares, amigos e vizinhos o percentual foi um pouco menor, 72,9%. Por outro lado, a percepção quanto à frequência do preparo de refeições no domicílio manteve-se igual para 54,3% das/os entrevistadas/os e aumentou para 24,9% delas/es [Gráfico 05].

Os dados sobre a diminuição da realização de refeições fora de casa em estabelecimentos comerciais pode ser melhor compreendida se analisada em conjunto com o aumento do uso de serviços de entrega de comida [delivery]. Se por um lado, decretos governamentais adotados durante a pandemia, em diversas localidades do Brasil, proibiram o atendimento presencial de clientes em restaurantes, bares, lanchonetes e congêneres, por outro lado, de acordo com os dados desta pesquisa, as pessoas entrevistadas passaram a usar ou intensificaram o uso de aplicativos de delivery para a aquisição de comida [ver Gráfico 02 e 03].

Em relação ao preparo das refeições no domicílio, embora não seja desprezível que 24,9% das pessoas entrevistadas afirmaram ter aumentado a frequência do preparo das refeições no domicílio, a percepção de grande parte delas [54,3%] foi de que tal frequência permaneceu inalterada durante a pandemia. As hipóteses que podem explicar esse dado residem tanto na invisibilidade e desvalorização persistentes do trabalho de cuidado, o que inclui o preparo de alimentos, quanto no aumento do uso aplicativos de *delivery*.

Gráfico 05 - Frequência das práticas do comer pelas/os entrevistadas/os desde o começo da pandemia da COVID-19. Efeitos da pandemia da Covid-19 no Brasil, 2020



Nota: Refeições no domicílio: 7 não responderam; Refeições estabelecimentos comerciais: 105 não responderam; 12 não souberam responder; Refeições casa de familiares e amigos: 57 não responderam; 6 não souberam responder. Fonte: Autoras

Os fatores associados ao maior ou menor consumo de alimentos fora de casa relacionam-se com aspectos econômicos e comportamentos que refletem as dinâmicas sociais (Mascarenhas, Carvalho e Lopes, 2024). Assim, torna-se relevante analisar este padrão de consumo conforme as características socioeconômicas das pessoas entrevistadas em um momento de crise sanitária, de forma a ressaltar as desigualdades alimentares presentes nestas práticas.

4.1. Refeições no domicílio segundo marcadores socioeconômicos

A tabela 02 apresenta os dados do preparo das refeições no domicílio segundo marcadores socioeconômicos. Como já mencionado, a maioria das pessoas entrevistadas disseram que durante a pandemia realizavam essa prática com frequência igual à realizada antes da crise sanitária se iniciar. Entretanto, em relação à variável sexo, o valor de p é estatisticamente significativo para a diminuição da preparação da refeição em casa ($p = 0,031$), indicando que há uma diferença entre homens e mulheres na diminuição do preparo de refeições, com as mulheres tendendo a reduzir mais a frequência do que os homens.

Houve também diferença significativa na diminuição da preparação de refeições em casa entre as categorias de raça/cor. A redução ocorreu principalmente entre os grupos não brancos, sugerindo que esses grupos foram mais impactados em suas práticas durante a pandemia. A diminuição no preparo de refeições em casa foi ainda mais acentuada entre pessoas em situação de insegurança alimentar, especialmente aquelas em níveis mais graves, que apresentaram maior redução.

Em resumo, mais mulheres (22,5%), pessoas de raça ou cor preta (29,9%)⁶ e em situação de insegurança alimentar grave (59,1%) perceberam ter diminuído a frequência com que preparavam a refeição no domicílio. Em geral, são as mulheres, e especialmente as mulheres negras, que mais desempenham o trabalho de cuidados⁷. Nesse sentido, as mudanças nas dinâmicas sociais, comunitárias e de trabalho decorrentes da pandemia podem ter permitido outros arranjos que impactaram sobre a regularidade na preparação da comida no domicílio. Algumas hipóteses podem explicar isso, tais como: a redução pode ter sido maior porque as mulheres passaram a assumir também outras tarefas de cuidado no lar, como cuidado de crianças e pessoas idosas e limpeza; a percepção da redução pode ter sido maior para um grupo que já exercia esta atividade de forma intensa; ou, ainda, essas pessoas podem ter tido menos acesso a comida, quando consideramos que é exatamente o grupo de mulheres e pessoas de cor ou raça preta que são mais submetidas à insegurança alimentar.

Escolaridade, região geográfica, territorial e renda também apresentaram resultados estatísticos significativos indicando terem influência tanto no aumento quanto na diminuição do preparo de alimentos. Pessoas com maior escolaridade, situadas no Sudeste, nas áreas urbanas e com maior renda foram as que mais aumentaram a frequência de cozinhar em casa [Tabela 02].

6 30,4% de pessoas de raça ou cor indígena e amarela afirmam ter diminuído a frequência com que preparam alimentos em casa, entretanto, a baixa ocorrência de pessoas que se autodeclaram dessa raça ou cor (ao todo 26 pessoas) não nos dá margem estatística suficiente para tecer análises sobre este segmento étnico-racial. Assim, os dados permanecem disponíveis nas tabelas e gráficos, mas não constarão nas descrições e argumentos.

7 De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua 2022, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) "as mulheres dedicam, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas, enquanto os homens utilizam 11,7 horas. Ao detalhar a proporção do trabalho doméstico entre as mulheres, a pesquisa verificou que as pretas têm o maior índice de realização das tarefas (92,7%), superando as pardas (91,9%) e brancas (90,5%)". Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-11/desigualdades-de-genero-e-ra%C3%A7a-sobre-carregar-mulheres-no-cuidar>. Acesso em: 29 de outubro de 2024.

Tabela 02- Frequência de preparar as refeições no domicílio, durante o primeiro ano da pandemia, segundo marcadores socioeconômicos e de consumo alimentar. Efeitos da pandemia da Covid-19 no Brasil, 2020 (N =2004).

Variáveis	Ficou igual (%)		Aumentou (%)	valor P	Diminuiu (%)	valor P
Sexo [%]		Ref.		0.406		0.031
Feminino	52.26		25.28		22.45	
Masculino	56.33		24.89		18.78	
Raça/Cor [%]		Ref.		0.234		<0.001
Branca	56.90		28.16		14.94	
Indígena/ amarela	53.57		16.07		30.36	
Parda	51.81		24.28		23.91	
Preta	51.40		18.69		29.91	
Escolaridade [%]		Ref.		<0.001		<0.001
Até ensino fundamental	57.1		12.40		30.50	
Ensino médio	55.91		26.14		17.95	
Ensino superior	44.44		46.83		8.73	
Região Geográfica [%]		Ref.		0.049		<0.001
Norte	51.57		20.13		28.30	
Nordeste	52.93		20.20		26.87	
Centro-oeste	58.82		22.73		18.75	
Sudeste	52.74		29.17		18.10	
Sul	58.82		25.82		15.36	

Variáveis	Ficou igual (%)		Aumentou (%)	valor P	Diminuiu (%)	valor P
Região (%)		Ref.		0.005		<0.001
Rural	52.80		17.52		29.68	
Urbano	54.53		27.33		18.13	
Renda per capita (%)		Ref.		0.036		<0.001
Acima de R\$ 1.000,00	57.10		30.13		12.77	
De R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00	58.63		24.82		16.55	
Até R\$ 500,00	47.20		19.21		33.59	
EBIA (%)		Ref.		0.821		<0.001
Segurança alimentar	62.33		30.34		7.33	
Insegurança alimentar leve	60.71		25.28		14.01	
Insegurança alimentar moderada	47.33		19.75		32.92	
Insegurança alimentar grave	25.34		15.54		59.12	

Nota: valor P: Regressão logística multinomial. Fonte: autoras.

4.2. Refeições em estabelecimentos comerciais segundo marcadores socioeconômicos

Em relação à prática de sair de casa para realizar as refeições em estabelecimentos que comercializam alimentos para o consumo imediato (restaurantes, bares, fast food e lanchonetes), durante o primeiro ano da pandemia houve diferença significativa na diminuição para as variáveis sexo ($p < 0.001$), escolaridade ($p < 0,001$) e classificação de segurança alimentar ($p < 0.001$) (Tabela 03). Assim, mais mulheres (78,8%) do que homens (70%), pessoas com maior escolaridade (82,7% com ensino superior) do que aquelas com menor escolaridade (71,1% até o ensino fundamental) e em insegurança alimentar grave (80,3%) do que em segurança alimentar (68,6%), declararam ter reduzido a frequência com que comeram em estabelecimentos comerciais. Assim, além de todos os aspectos atinentes ao distanciamento social, vale considerar que a percepção de redução de idas a estabelecimentos comerciais também podem ser influenciadas pelas desigualdades

relacionadas ao sexo, escolaridade e insegurança alimentar. A reprodução das assimetrias relativas aos papéis de gênero e sua influência sobre o trânsito nas esferas pública e privada, ao grau de escolarização e acesso à informação e, finalmente, às restrições quanto à obtenção dos alimentos vividas pelas pessoas em situação de insegurança alimentar podem ajudar a explicar esses resultados.

Por outro lado, houve diferença no aumento da frequência segundo a escolaridade ($p < 0,001$) e renda per capita ($p = 0,024$). Assim, 4,78% dos que declararam ter ensino médio perceberam aumento. Outros 4,1% dos que possuem renda per capita superior a R\$1.000,00 e 3,88% com renda per capita entre R\$500,00 e R\$ 1.000,00 declararam sair mais de casa para realizar refeições em estabelecimento comerciais do que aqueles com renda até R\$ 500,00 [1,79%] (Tabela 03). O impacto da renda foi significativo para o aumento da frequência de comer fora ($p = 0,024$), mas não para a diminuição, sugerindo que famílias de maior renda foram menos afetadas pela pandemia em termos do aumento dessa prática. Não foi observada diferença estatística significativa segundo raça/cor; região geográfica; região do domicílio.

Em resumo, mesmo que de forma ampla o acesso aos estabelecimentos comerciais de venda de comida tenha sido restrito, durante a pandemia, aspectos de ordem socioeconômica exerceram influência sobre as possibilidades de circulação para fazer refeições, mesmo que de forma residual.

Tabela 03- Frequência de comer fora do domicílio em estabelecimentos de venda de alimentos (restaurantes, bares, lanchonetes e *fast food*), durante o primeiro ano da pandemia, segundo características sociodemográficas e de consumo alimentar. Efeitos da pandemia da Covid-19 no Brasil, 2020 (N =2004).

Variáveis	Ficou igual (%)		Aumentou (%)	valor P	Diminuiu (%)	valor P
Sexo [%]		Ref.		0.464		<0.001
Feminino	18.81		2.43		78.77	
Masculino	25.88		4.10		70.01	
Raça/Cor [%]		Ref.		0.572		0.084
Branca	20.10		2.63		77.27	
Indígena/ amarela	26.92		5.77		67.31	
Parda	23.36		3.47		73.16	
Preta	23.50		4.00		72.50	

Variáveis	Ficou igual (%)		Aumentou (%)	valor P	Diminuiu (%)	valor P
Escolaridade (%)		Ref.				<0.001
Até ensino fundamental	27.62		1.21		71.17	
Ensino médio	21.39		4.78		73.84	
Ensino superior	14.05		3.24		82.70	
Região Geográfica (%)		Ref.		0.639		0.174
Norte	21.48		4.03		74.50	
Nordeste	25.00		3.23		71.77	
Centro-oeste	21.56		4.19		74.25	
Sudeste	21.34		3.28		75.38	
Sul	20.41		2.04		77.55	
Região (%)		Ref.		0.183		0.966
Rural	22.11		2.11		75.79	
Urbano	21.88		3.54		74.57	
Renda per capita (%)		Ref.		0.024		0.943
Acima de R\$ 1.000,00	21.78		4.10		74.12	
De R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00	18.60		3.88		77.52	
Até R\$ 500,00	22.31		1.79		77.52	
EBIA (%)		Ref.		0.132		<0.001
Segurança alimentar	26.95		4.36		68.69	
Insegurança alimentar leve	18.64		3.22		78.14	
Insegurança alimentar moderada	20.18		1.79		78.03	
Insegurança alimentar grave	18.25		1.46		80.29	

Nota: valor P: Regressão logística multinomial. Fonte: autoras.

4.3. Refeições nas casas de familiares, vizinhos e amigos segundo marcadores socioeconômicos

Buscou-se ainda entender como as restrições de circulação e de interações sociais, alteradas pela pandemia, alcançaram determinados grupos sócio econômicos em termos de socialização por meio do alimento entre os círculos sociais mais próximos - familiares, vizinhos, amigos. Estudos indicaram que o distanciamento social produziu uma ressignificação da comida e das práticas de comensalidade [Siqueira, 2022]. Chamadas de vídeo entre familiares para um cafezinho da tarde, dúvidas e julgamentos sobre a realização de ceias de natal familiares e outras festas comemorativas, preparo de novas receitas em casa entre parentes são alguns dos exemplos das novas práticas adotadas nesse período [Siqueira, 2022; Santos e Souza, 2020].

Em relação à prática de sair para realizar as refeições na casa de outras pessoas (familiares, amigos, vizinhos) durante o ano de 2020, é possível dizer que os marcadores de sexo ($p < 0.001$), raça/cor ($p = 0.018$), escolaridade ($p < 0.001$), região geográfica ($p < 0.001$) e situação de (in)segurança alimentar ($p = 0,005$) influenciaram na diminuição desta prática. Mais mulheres [79,1%] do que homens [65,9%], mais pessoas de raça ou cor branca [77%] do que pessoas de raça ou cor parda [70,6%] ou preta [70%], mais pessoas com ensino superior [78,7%] do que com ensino fundamental [68,9%] e mais pessoas residente na região Sul [79,5%] e Sudeste [75,8%] do que nas regiões Norte [69,4%] e Nordeste [65,9%] afirmaram ter reduzido a quantidade de vezes que compartilhavam as práticas do comer na casa de outras pessoas [Tabela 04]. O fato de os dados apontarem que as mulheres tenderam a ficar mais em casa do que os homens pode indicar que elas ficaram mais restritas aos espaços domiciliares, provavelmente responsáveis pelo trabalho de cuidado.

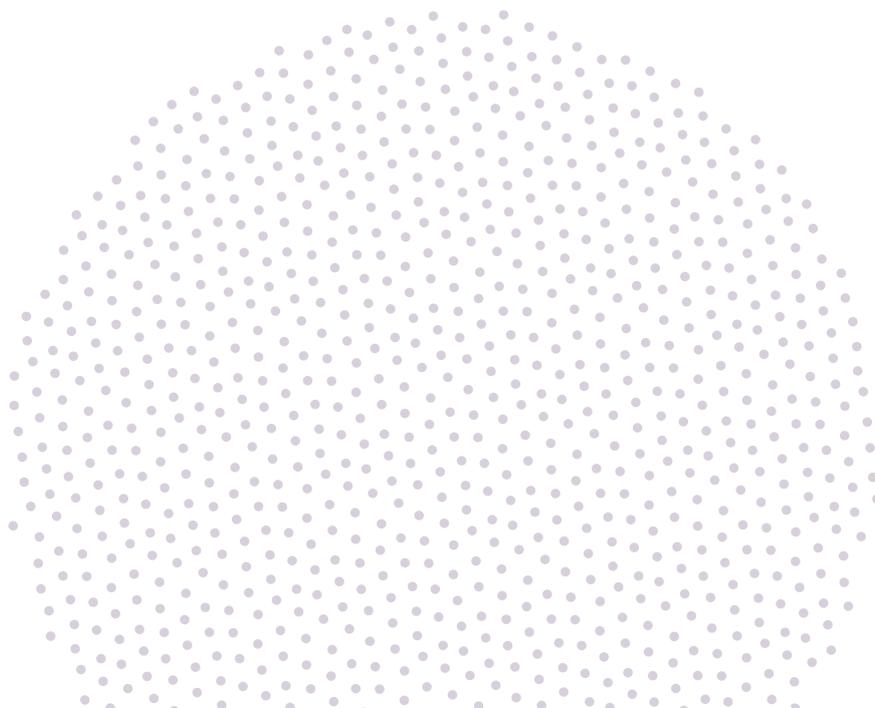
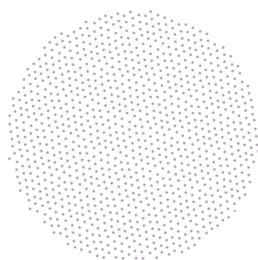
Embora expresso por percentuais inferiores a 10%, o aumento da frequência de consumo alimentar na casa de outras pessoas registrou diferenças maiores entre os marcadores socioeconômicos de renda per capita ($p = 0.004$) e classificação de segurança alimentar ($p < 0.001$). O aumento foi mais frequente por pessoas residentes em domicílios com faixa de renda mais baixa, com renda per capita de até R\$500,00 [5%], e em situação de insegurança alimentar grave [7,4%]. O perfil econômico desse grupo nos leva a inferir que ir à casa de parentes, amigos e vizinhos para realizar refeições pode ter sido uma forma de ampliar as possibilidades de acesso ao alimento [Tabela 04]. Embora a renda influencie o aumento ($p = 0,004$), não há associação significativa com a diminuição.

Tabela 04- Frequência de comer na casa de outras pessoas (amigos, familiares, vizinhos), durante o primeiro ano da pandemia, segundo características sociodemográficas e de consumo alimentar. Efeitos da pandemia da Covid-19 no Brasil, 2020 (N=2004).

Variáveis	Ficou igual (%)	Aumentou (%)	valor P	Diminuiu (%)	valor P
Sexo [%]			0.712		<0.001
Feminino	18.39	2.42		79.19	
Masculino	30.41	3.60		65.99	
Raça/Cor [%]			0.058		0.018
Branca	21.10	1.88		77.02	
Indígena/ amarela	32.08	5.66		62.26	
Parda	25.91	3.50		70.60	
Preta	24.76	5.24		70.00	
Escolaridade [%]			0.243		<0.001
Até ensino fundamental	28.55	2.46		68.99	
Ensino médio	22.30	3.72		73.98	
Ensino superior	19.19	2.16		78.65	
Região Geográfica [%]			0.143		<0.001
Norte	27.27	3.25		69.48	
Nordeste	28.99	5.04		65.97	
Centro-oeste	25.86	2.30		71.84	
Sudeste	21.72	2.45		75.83	
Sul	19.21	1.32		79.47	

Variáveis	Ficou igual (%)		Aumentou (%)	valor P	Diminuiu (%)	valor P
Região (%)		Ref.		0.395		0.228
Rural	26.08		2.53		71.39	
Urbano	23.06		3.06		73.89	
Renda per capita (%)		Ref.		0.004		0.962
Acima de R\$ 1.000,00	24.00		2.12		73.88	
De R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00	21.35		1.12		77.53	
Até R\$ 500,00	23.56		4.99		71.45	
EBIA (%)		Ref.				0.005
Segurança alimentar	27.13		1.94		70.93	
Insegurança alimentar leve	23.03		1.81		75.16	
Insegurança alimentar moderada	24.46		3.86		71.67	
Insegurança alimentar grave	16.96		7.42		75.62	

Nota: valor P: Regressão logística multinomial. Fonte: autoras.



Considerações Finais

Os dados apresentados confirmam alterações nas práticas de aquisição de alimentos e do comer durante a crise sanitária da pandemia de Covid-19. Também indicam que marcadores socioeconômicos influenciam nas mudanças destas práticas, reforçando ou criando desigualdades alimentares interseccionais.

Em relação às práticas de aquisição de alimentos, a principal mudança ocorreu na redução da frequência de sair de casa para comprar alimentos (68,9%), o que pode ser facilmente justificado pelas recomendações de distanciamento social como recurso para enfrentar a disseminação do vírus. Algumas características socioeconômicas influenciaram nas condições para certos grupos saírem mais ou menos de casa para comprar alimentos. A situação de segurança alimentar foi uma delas. Entre pessoas em situação de insegurança alimentar houve redução significativa de suas saídas, possivelmente devido à falta de recursos. O fato de as pessoas com menor renda também terem diminuído a frequência com que saíram de casa para comprar alimentos reforça a hipótese anterior. As mulheres também tenderam a reduzir mais suas saídas de casa para comprar alimentos em comparação aos homens. Uma hipótese que pode explicar esse dado é a reprodução de desigualdades impostas por uma divisão binária dos papéis de gênero, marcada pelo trabalho produtivo e reprodutivo. Embora o trabalho de cuidados seja uma atribuição conferida às mulheres, sobretudo, quando consideradas as atividades que ocorrem dentro do domicílio, algumas dessas tarefas, como ato de prover alimentos para o domicílio, pode estar mais diretamente associada ao papel que se espera dos homens, a partir de uma noção cultural de indivíduo provedor e autorizados a transitar no espaço público para suprir as necessidades da esfera privada.

Quanto aos canais por meio dos quais foram adquiridos os alimentos no primeiro ano da pandemia da Covid-19, verificou-se uma importante mudança no que se refere à ida às feiras livres. Elas foram as mais negativamente afetadas durante a pandemia. 66,1% das pessoas entrevistadas que já utilizavam essa prática disseram ter diminuído a frequência com que iam às feiras durante a pandemia. Essa redução pode resultar numa menor exposição à oferta de alimentos frescos e in natura, além de gerar impactos negativos sobre as possibilidades de escoamento da produção da agricultura familiar.

Embora em percentuais menores que as feiras, a compra de alimentos em grandes redes de supermercados (51,1%) e mercados de bairro (43,6%), também sofreu diminuição durante a pandemia. Entretanto, é possível inferir que esta redução, em alguma medida, foi compensada pelo crescimento do ambiente alimentar digital. Houve um aumento expressivo nas compras por e-commerce e serviços de delivery. Essa tendência foi observada tanto entre pessoas que já adotavam essas práticas quanto entre novos usuários.

Embora essas mudanças tenham facilitado o acesso a alimentos durante o período de distanciamento social, elas também suscitaram preocupações sobre seus impactos na saúde pública. O aumento do uso de serviços de entrega de comida e compras em grandes redes de supermercados pode estar associado a uma maior exposição a alimentos ultraprocessados e refeições com perfil nutricional desfavorável. Além disso, as alterações nos padrões de consumo podem contribuir para aumentar desigualdades econômicas nas redes de distribuição e produção de alimentos, com pequenos comerciantes e agricultores familiares sendo mais afetados negativamente do que as grandes redes de supermercados. Este exemplo mostra como as fases do sistema alimentar, tal como propostas analiticamente por Goody [1982], também se encontram interligadas por dinâmicas, nas quais mudanças em uma delas também podem afetar as demais fases do sistema.

A análise das práticas de comer revelou que a realização de refeições fora do domicílio também sofreu uma redução significativa, seja em estabelecimentos comerciais [74,4%], seja na casa de pessoas conhecidas [72,9%], mostrando grande alinhamento das pessoas com as recomendações de isolamento social. Com relação à preparação de refeições no domicílio, 24,9% das pessoas entrevistadas declararam o aumento da frequência de realização dessa atividade. Outros 54,3% disseram que esta prática se manteve igual. Ou seja, 79,2% das pessoas entrevistadas disseram ter mantido ou aumentado a frequência com que preparavam alimentos em casa.

A análise dos dados sobre o preparo de refeições nos domicílios durante a pandemia revelou disparidades significativas entre diferentes grupos socioeconômicos. As mulheres [22,5%], pessoas de raça/cor preta [29,9%] e indivíduos em situação de insegurança alimentar grave [59,1%] foram os grupos que mais relataram uma diminuição na frequência de preparo de refeições em casa. Por outro lado, observou-se um aumento na frequência de cozinhar em casa entre pessoas com maior escolaridade [46,8%], residentes na região Sudeste [29,1%], em áreas urbanas [27,3%] e com maior renda [30,1%]. Esses resultados sugerem que a pandemia teve impactos distintos nas práticas do comer, dependendo de fatores socioeconômicos. Este aumento pode estar relacionado a fatores tal como: a possibilidade de trabalhar de casa e deixar de comer no trabalho, tendo que preparar as refeições; a dispensa de trabalhadoras domésticas que assumiam o trabalho de preparo de alimentos; a dispensa do trabalho – muitas vezes, com a manutenção do salário – e o aumento de horas disponíveis para a realização de tarefas de reprodução da vida e dos cuidados. A percepção da diminuição e aumento desta tarefa entre os diferentes grupos pode estar relacionada, entre outros fatores, ao fato de os grupos que tiveram a percepção de diminuição já ter uma carga deste trabalho alta antes da pandemia, enquanto os demais grupos passaram a adotar mais esta prática após a pandemia e, por isso, tiveram a percepção de aumento. Além disso, elementos como o acúmulo de outras tarefas de cuidado e acesso à alimentos, por meio de delivery, precisam ser levados em conta na análise deste fenômeno.

As desigualdades socioeconômicas também se refletiram na realização de refeições na casa de outras pessoas. As mulheres, pessoas de raça ou cor branca, com maior escolaridade e residentes nas regiões Sul e Sudeste foram os grupos que mais relataram uma diminuição nessa prática. Por outro lado, observou-se um

aumento na frequência dessa prática entre pessoas de baixa renda e em situação de insegurança alimentar grave. Esse fenômeno sugere que, para esses grupos, compartilhar refeições com familiares, amigos e vizinhos pode ter sido uma estratégia para ampliar o acesso a alimentos durante a crise. Sendo este o caso, também ressaltam a importância das redes sociais e familiares como mecanismos de suporte em tempos de crise, especialmente para os grupos mais vulneráveis. De qualquer forma, o percentual de diminuição quanto a comer na casa de amigos, vizinhos e familiares foi majoritário entre todos os marcadores socioeconômicos pesquisados, situação que trouxe impactos para as formas de socialização em termos gerais, e de interação social mediada pela comida, em termos específicos.

Em resumo, esse trabalho destaca como a pandemia afetou de forma desigual as práticas alimentares de diferentes segmentos da população. Isso aponta para a necessidade de políticas públicas que considerem essas dinâmicas sociais e econômicas ao abordar questões de segurança alimentar e nutricional e bem-estar social em situações de emergência. Ademais, considerando os impactos das práticas de aquisição e consumo de alimentos sobre outras fases do sistema alimentar, as respostas políticas à crise sanitária podem contribuir para maior concentração na cadeia de comercialização de alimentos advindas do sistema alimentar moderno, com efeitos tanto sobre a produção quanto para o consumo, com a redução da oferta e do acesso a produtos in natura e minimamente processados mais presentes nos sistemas alimentares tradicionais [Araújo et al, 2023]. Análises como a presente pesquisa podem aportar importantes lições sobre as respostas políticas a situações de crise, como catalizadoras de dinâmicas de transformação ou de reprodução das desigualdades alimentares.

Não podemos, contudo, deixar de citar potenciais limitações deste estudo. Uma delas reside no método de coleta de dados, realizado por meio de entrevistas telefônicas. Esse método pode introduzir vieses de seleção, ao potencialmente excluir grupos populacionais que não possuem acesso a telefone ou que não puderam ser contatados durante o período de coleta, podendo afetar a representatividade da amostra. Tal escolha se justificou à época, devido ao contexto da pandemia, a fim de evitar contato social. Além disso, a natureza autorrelatada dos dados possivelmente contribui para o viés de memória ou para respostas influenciadas por desejabilidade social, o que pode impactar a precisão das informações sobre práticas alimentares e de aquisição de alimentos. A alternativa para isso seria acompanhar diretamente as práticas alimentares das pessoas, o que significaria um enorme investimento de recurso para se atingir uma amostra representativa, como a que temos. A delimitação temporal dos dados, restringidos ao primeiro ano da pandemia, limita a capacidade de generalizar os achados para fases posteriores ou para mudanças de longo prazo nas práticas alimentares. Neste sentido, faz-se necessário um sistema de monitoramento que realize periodicamente este tipo de coleta de dados, de preferência, como parte integral das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Outra limitação é o foco nos marcadores socioeconômicos sem considerar plenamente outros fatores contextuais, como políticas locais e regionais de resposta à pandemia, que também podem ter influenciado as práticas de aquisição de alimentos e o comer. Nossa pesquisa de fato coletou dados contextuais, sobretudo

a situação dos domicílios e o recebimento - bem como a forma de emprego - do auxílio emergencial federal. Esta análise foi feita em outra publicação (Galindo et al, 2021).

Não obstante essas limitações, este trabalho inova em aspectos de ordem conceitual e metodológica, por um lado, ao utilizar a situação de (in)segurança alimentar, medida pela EBIA, em articulação com outros indicadores, e por contextualizar a análise dos dados quantitativos em discussões conceituais da sociologia, a partir do conceito das desigualdades alimentares. Nesse sentido, esta pesquisa foi capaz de estabelecer correlações e análises mais aprofundadas na interação da EBIA, como ferramenta que capta percepções quanto ao acesso aos alimentos, e a experiência de insegurança alimentar do domicílio, com outros indicadores, como a aquisição de alimentos e práticas do comer, a fim de entender as assimetrias nestas práticas.

Cozinha comunitária em Belo Horizonte. 2024. © Maria Trombini



Referências bibliográficas

Alonso, A & Mische, A. [2017]. "Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests." *Society for Latin American Studies, Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, pp. 144–159. <https://doi.org/10.1111/blar.12470>

_____. [2015]. "June demonstrations in Brazil: repertoires of contention and government's response to protest." *Anais da Conferência Contention to social change: Rethinking the consequences of social movements and cycles of protests*, ESA Research Network on Social Movements – Midterm Conference, 19-20 February, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, Spain. https://www.academia.edu/download/36882508/Consequences_of_social_movements_ESA_Madrid_2015.pdf

Araújo, M. L. D., Silva, G. B., Rocha, L. L., Novaes, T. G., Lima, C. A. M. D., Mendes, L. L., & Pessoa, M. C. [2022]. Características do ambiente alimentar comunitário e do entorno das residências das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27, 641–651.

Araújo, M. L.; Pessoa, M. C., Honorio, D. S., Schubert, M. N., Schnieder, S. & Grisa, C. [2023]. Dinâmicas de abastecimento nos sistemas alimentares em Belo Horizonte. CONFINS [PARIS], p. 1.

Beardsworth, A. & Keil, T., [1997], *Sociology on the Menu: an invitation to the study of food and society*, London: Routledge.

Bezerra IN, Souza AM, Pereira RA, Sichieri R. [2013]. Consumo de alimentos fora do domicílio no Brasil. *Rev Saúde Pública*; 47 Suppl 1:200s-11.

Bezerra, Ilana Nogueira et al. [2021]. Evolução do consumo de alimentos fora do domicílio no Brasil de 2008–2009 a 2017–2018. *Revista de Saúde Pública*, v. 55, p. 6s.

Botelho, Laís Vargas; Cardoso, Letícia de Oliveira; Canella, Daniela Silva. [2020]. COVID-19 e ambiente alimentar digital no Brasil: reflexões sobre a influência da pandemia no uso de aplicativos de delivery de comida. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, p. e00148020.

Brasil. Ministério da Saúde do Brasil [MS]. [2020]. VIGITEL Brasil 2019. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. [Brasília]. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2019_vigilancia_fatores_risco.pdf.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS]. [2014a]. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Estudo Técnico N. 01/2014. [Brasília]. <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>.

_____. Ministério da Saúde do Brasil [MS]. [2014b]. Guia alimentar para população brasileira. [Brasília]. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf.

Bringel, B. & Pleyeres, G. [2019]. "June 2013, Five Years Later: Polarization, Reconfiguration of Activism, and Challenges for the Brazilian Left." In: Puzone, V.; Miguel, L. [eds] *The Brazilian Left in the 21st Century: Conflict and conciliation in peripheral capitalism. Marx, Engels, and Marxisms*. Palgrave Macmillan, Cham. p. 237–257, 2019. https://doi.org/10.1007/978-3-030-03288-3_11

Favareto, A. [2017]. "Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além." *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. v. 37, n. 2, p. 7-26.

Fladrin J, Montanari M. [org]. [1998]. *História da Alimentação*. 2ed. São Paulo: Estação Liberdade.

Galindo, E., Teixeira, M. A., Araújo, M. L. de, Motta, R., Pessoa, M. C., Mendes, L. L. & Rennó, L. [2021]. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. *Food for Justice Working Paper Series*, no. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. DOI 10.17169/refubium-29554.

Galindo, E., Teixeira, M. A., Araújo, M. L. de, Mendes, L. L., Pessoa, M. C. & Motta, R. [no prelo]. Insegurança alimentar e desigualdades alimentares no Brasil no contexto da pandemia. *Revista Opinião Pública*.

Gomes Júnior, N. N. & Belik, W. [2021]. Velhos problemas e novas questões: a pandemia do Coronavírus e a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ser Social, Alimentação, Abastecimento e Crise*; 23(48):141-45. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/sersocial.v23i48.34870>

Granheim SI. [2019]. The digital food environment. *UNSCN Nutrition*; 44:116-21

Grisa, C., Gazolla, M. & Schneider, S. [2010]. A "produção invisível" na agricultura familiar: auto-consumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. *Agroalimentaria*, v. 16, p. 65-79.

Goody, Jack. [1982]. *Cooking, cuisine and class: a study in comparative sociology*. Cambridge University Press.

Hassen, T. B., & El Bilali, H. [2024]. Three years into the pandemic: Insights of the COVID-19 impacts on food security and nutrition in low and middle-income countries. *Heliyon*.

High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition - HLPE. [2017]. *Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security*, Rome. Disponível em: < <http://www.fao.org/3/i7846e/i7846e.pdf>>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. [2020]. Pesquisa de orçamentos familiares: 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101749>.

Irala-Estévez, J. de et al. [2000]. A systematic review of socio-economic differences in food habits in Europe: consumption of fruit and vegetables. *European Journal of Clinical Nutrition*, v. 54, n. 9, p. 706-714.

Londres, F., et al. [2022]. Brasil, do flagelo da fome ao futuro agroecológico: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa. Rio de Janeiro, RJ: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia. https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Brasil-do-flagelo-da-fome-ao-futuro-agroecologico_ANA-2022.pdf

Maluf, R. S. [2020]. Comer em tempos de pandemia e após. *Jornal GGN*, 3, 2020. Disponível em: <https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/04/MalufR-Comer-em-tempos-de-pandemia-e-ap%C3%B3s.pdf>

Maluf, R. S., & Luz, L. F. [2018]. Sistemas alimentares descentralizados: um enfoque de abastecimento na perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional. *Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas* [1. ed., pp. 214-224]. Rio de Janeiro: E-Papers.

Marcondes, M. M. [2020]. Transversalidade de gênero nas políticas de cuidado. *Revista Feminismos*. Vol. 8, N. 3.

Martinelli S. S., Cavalli S. B., Fabri R.K. et al. [2020]. Strategies for the promotion of healthy, adequate and sustainable food in Brazil in times of Covid-19. *Revista de Nutrição* 33, e200181.

Mascarenhas, A. O., de Carvalho, F. P. A., & Lopes, C. M. de A. [2024]. Diferenças regionais das despesas com alimentação fora do domicílio no Brasil: Um Modelo De Análise Empírica. *Revista Foco*, 17(1), e3815. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n1-004>

Menasche, R., Marques, F. C., Zanetti, C. [2008]. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. *Revista de Nutrição*, v. 21, p. 145s-158s.

Mendes, L. L., Canella, D. S., Araújo, M. L., Jardim, M. Z., Cardoso, L. de O. ; Pessoa, M. C. [2020]. Food environments and the COVID-19 pandemic in Brazil: analysis of changes observed in 2020. *Public Health Nutrition*, p 1-4, set 2021, doi:10.1017/S1368980021003542.

Motta, R. [2021a]. "Food for Justice: Power, Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy. Preliminary Research Program". Food for Justice Working Paper Series, no. 1. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. Disponível em: https://foodforjustice-hcias.de/wp-content/uploads/2023/04/WP_1.pdf.

_____. [2021b]. "Social movements as agents of change: Fighting intersectional food inequalities, building food as webs of life". *The Sociological Review*, v.69, n.3, p. 603-625. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00380261211009061>.

Niederle, P., et al. [2023]. "Ruptures in the agroecological transitions: institutional change and policy dismantling in Brazil". *The Journal of Peasant Studies*, v. 50, n. 3, p. 931-953, 2023.

Oliveira K. H. de, Soares C. E. S. & Lima J. N. de P. [2020]. Food and nutritional security of the Brazilian population in times of pandemic: to whom is nutrition science addressed? *J Food Cult Am* 2, 151-164.

Rede Penssan - Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. [2021]. I Vigisan - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional [online], 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf

_____. [2024]. II Vigisan - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional [online], 2022. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf.

Ribeiro-Silva, R. D. C., Pereira, M., Campello, T., Aragao, E., Guimarães, J. M. D. M., Ferreira, A. J., & Santos, S. M. C. D. [2020]. Covid-19 pandemic implications for food and nutrition security in Brazil. *Ciencia & saude coletiva*, 25, 3421-3430.

Santos, M. de O., Souza, J. B. de. [2020]. Comida como afeto, conforto e refúgio: entendendo o ato de comer em tempos de pandemia. *Revista de Alimentação e Cultura das Américas*, v. 2, n. 2, p. 135-150, 2020.

Segall-Corrêa, A. M. & Marin-Leon, L. [2009]. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v.16, n. 2, p. 1-19.

Siqueira, R. de M.. [2022]. As novas configurações das práticas de comensalidade durante a pandemia da covid-19 na cidade de Goiânia – GO. Trabalho de Conclusão de Curso [Especialização em Gestão dos Serviços de Hospitalidade] – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Goiânia.

Skornia, A. K. [2020]. Las cadenas transnacionales de cuidado y las desigualdades entrelazadas. Jelin, Elizabeth; Motta, Renata; Costa, Sérgio. *Repensar las desigualdades*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina. 328p.

Sperandio, A. M. G., Bonetto, B., Lima, T. F. & Guarnieri, J. C. [2021]. Cidades Pequenas e Agricultura Urbana no Contexto da Pandemia Covid-19. *PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, v. 6, n. 20.

Turner, C. et al. [2028]. Concepts and critical perspectives for food environment research: A global framework with implications for action in low- and middle-income countries. *Global Food Security*, v. 18, p. 93-101.

COORDENAÇÃO:



UNIVERSITÄT
HEIDELBERG
ZUKUNFT
SEIT 1386



HEIDELBERG
CENTER FOR
IBERO-AMERICAN
STUDIES



Food for Justice
Power, Politics
and Food Inequalities
in a Bioeconomy

Freie Universität  Berlin

PARCERIA:



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

EXECUÇÃO:



INSTITUTO
BRASILEIRO
DE PESQUISA E
ANÁLISE DE DADOS

FINANCIADO POR:



Bundesministerium
für Bildung
und Forschung